

CORREIO PAULISTA



Assessor apresenta as propostas de ajustes ao PLP.

FecomercioSP apoia código do contribuinte e pede ajustes

Em audiência pública na Câmara dos Deputados, a FecomercioSP manifestou apoio ao Projeto de Lei Complementar 125/2022, que propõe a criação do Código de Defesa do Contribuinte Nacional, mas apresentou sugestões de ajustes ao texto. A entidade defende a criação do Conselho Nacional de Defesa do Contribuinte, órgão consultivo e paritário que mediaria o diálogo entre contribuintes e a administração tributária, inspirado na experiência da Lei Complementar

939/2003, que instituiu o órgão em São Paulo. A FecomercioSP também alertou para a necessidade de definir com clareza a figura do "devedor contumaz", para evitar que empresas em dificuldades temporárias sejam penalizadas de forma desproporcional. Segundo o assessor da entidade, a classificação deve se aplicar apenas a condutas reiteradas e intencionais de inadimplência, enquanto casos de inadimplência circunstancial ou involuntária merecem tratamento diferenciado.

Mais recursos para estradas vicinais

O deputado estadual Luiz Claudio Marcolino (PT) apresentou a emenda nº 20.861 ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026, que prevê a destinação de R\$ 136,6 milhões para pavimentação e manutenção de estradas vicinais e rurais de terra em São Paulo. Segundo o parlamentar, o objetivo é reduzir a poeira que afeta a saúde

Gabriel Eid/Alesp



Deputados da Comissão da Mulher durante reunião.

Alesp aprova projetos de apoio a mulheres em SP

A Comissão de Defesa e dos Direitos das Mulheres da Alesp aprovou, nesta terça-feira (11), três projetos de lei voltados ao apoio e à proteção de mulheres. O PL 94/2024, das deputadas Marina Helou (Rede) e Ana Carolina Serra (Cidadania), cria a Política de Empreabilidade de Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar. A proposta prevê ações de capacitação e qualificação profissional, além da articulação entre estado e municípios para promover a inclusão produtiva dessas

mujeres. O PL 508/2024, do deputado Márcio Nakashima (PDT), institui o Programa de Acompanhamento Psicológico, Social e Jurídico para mulheres vítimas de violência doméstica e seus familiares, oferecendo suporte multidisciplinar. Além disso, o PL 858/2024, do deputado Danilo Campanetti (Republicanos), assegura às mães o direito de amamentar filhos de até 12 meses durante concursos públicos, provas do Enem, vestibulares e exames da OAB. As propostas agora seguem para análise.

Instituto Federal pode ir ao Grajaú

A Alesp sediou, em 6 de novembro, uma audiência pública para retomar a mobilização pela implantação de um campus do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) na zona sul da capital, possivelmente no distrito do Grajaú. O encontro, proposto pelo deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL), reuniu moradores, lideran-

Implantação da Tarifa Zero é tema de seminário em SP

Evento reúne autoridades para discutir viabilidade e impactos

Por Ana Laura Gonzalez

O futuro do transporte público no estado de São Paulo será discutido em seminário nesta quarta-feira (13), às 14h, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). O evento, intitulado "Tarifa Zero Já: Caminhos para a Mobilidade Sustentável nos Municípios Paulistas", foi proposto pelo deputado estadual Luiz Claudio Marcolino e é aberto ao público. A iniciativa busca avaliar a viabilidade da tarifa zero e debater seus impactos sociais, econômicos e ambientais.

Atualmente, 45 municípios paulistas já adotam algum modelo de gratuidade no transporte coletivo. Entre eles, 42 oferecem a tarifa zero de forma universal, permitindo que os usuários utilizem os ônibus gratuitamente em qualquer dia da semana. Em três cidades, a gratuidade é parcial, funcionando apenas em dias específicos ou nos finais de semana, como ocorre na capital paulista, onde o transporte coletivo é gratuito aos domingos. O seminário contará com a participação de representantes de cidades que já implementaram a tarifa zero, incluindo Itapetininga, Penápolis, Pirapora do Bom Jesus, São Caetano do Sul e Maricá (RJ). Eles apresentarão experiências práticas de implantação, estratégias de financiamento, custos operacionais e



Ônibus em operação em município paulista que adotou a Tarifa Zero.

melhorias observadas na prestação do serviço à população.

Para o deputado Marcolino, que coordena a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas e Consórcios Intermunicipais, a gratuidade no transporte é um mecanismo de inclusão social. Segundo ele, famílias de baixa renda podem gastar até 25% do salário mínimo vigente (R\$ 1.518,00) com duas viagens diárias de ônibus, o que promete o orçamento familiar. "O transporte público é um serviço essencial, a exemplo da saúde e da educação, e financiado de forma solidária pelo conjunto da sociedade. Não é possível falar em inclusão social

se as pessoas não têm condições de se deslocar para o trabalho, estudar ou participar de atividades de lazer. O transporte é um direito básico e precisa ser tratado como política pública de Estado", afirmou.

Além do impacto social, especialistas apontam benefícios econômicos e ambientais da tarifa zero. Giancarlo Gama, da consultoria Jevy Cidades, destaca que o modelo pode estimular o comércio local, reduzir congestionamentos, diminuir a emissão de poluentes e melhorar a segurança no trânsito. Ele ressalta ainda que a implementação da tarifa zero não exige a municipalização do trans-

porte, podendo continuar sob gestão terceirizada.

O seminário contará com a presença de autoridades políticas e especialistas em transporte público, incluindo os deputados estadual Maurici e federal Jilmir Tato, além de representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) e da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU). O evento deve incluir apresentações de cases municipais, debates sobre o financiamento do transporte público gratuito e análises de políticas públicas voltadas à mobilidade urbana sustentável.

Repasso de ICMS de novembro supera R\$ 1 bilhão para municípios paulistas

Divulgação



Transferências de recursos já somam R\$ 38,73 bilhões.

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) realizou, nesta terça-feira (11), o primeiro dos quatro repasses de ICMS previstos para novembro aos 645 municípios do estado. Nesta primeira transferência, as prefeituras receberam R\$ 1,06 bilhão, referentes à arrecadação entre os dias 3 e 7 de novembro, já descontadas as contribuições para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Total previsto para o mês de novembro

De acordo com a Sefaz-SP, o total previsto para os repasses de novembro soma R\$ 4,09 bilhões, distribuídos em quatro parcelas semanais. Até outubro de 2025, os municípios paulistas receberam R\$ 38,73 bilhões em transferências do ICMS.

Como são realizados os repasses

Os repasses são feitos se-

manalmente, sempre até o segundo dia útil de cada semana, conforme estabelece a Lei Complementar nº 63, de 1990. Os valores podem ser consultados no portal da Sefaz-SP, no

menu "Acesso à Informação > Transferências de Recursos > Transferências Constitucionais a Municípios".

A periodicidade e o valor das transferências variam de

acordo com os prazos de pagamento do imposto e o volume de arrecadação de cada mês. Em determinados períodos, pode haver até cinco datas de repasse, além de depósitos diários relacionados a operações específicas, como importações.

Distribuição de acordo com índice de participação

Os recursos são distribuídos aos municípios conforme o Índice de Participação dos Municípios (IPM), determinado pela Constituição Federal. O artigo 158, inciso IV, estabelece que 25% do ICMS arrecadado pertence aos municípios, assim como 25% de valores transferidos pela União ao estado pelo Fundo de Exportação (artigo 159, inciso II, § 3º). Os índices de participação são calculados anualmente e aplicados no exercício seguinte, seguindo critérios definidos pelas Leis Estaduais nº 3.201/1981 e nº 8.510/1993.

SP vai leiloar 14 travessias hídricas

O Governo de São Paulo realiza nesta quinta-feira (13) o leilão de 14 trechos que compõem o Sistema de Travessias Hídricas do Estado, em uma iniciativa da Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI). O projeto prevê a modernização completa da infraestrutura utilizada por milhões de passageiros todos os anos.

Com investimento estimado em R\$ 2,5 bilhões, a iniciativa inclui a substituição gradual da frota movida a diesel por mais de 40 embarcações elétricas, além da construção

de novos terminais e a implementação de serviços aprimorados, como ambientes climatizados, banheiros adaptados e áreas de alimentação. A expectativa é beneficiar cerca de 40 mil pessoas diariamente.

O projeto também é considerado um dos maiores programas de descarbonização do transporte aquaviário do país, com foco em eficiência energética e sustentabilidade ambiental. Segundo Edgard Benozatti Neto, diretor-presidente da Companhia Paulista de Parcerias, "a modernização das

travessias impulsiona o desenvolvimento regional, amplia o acesso a empregos e oportunidades e fortalece o turismo em todo o litoral paulista".

Entre os 14 trechos que serão leiloados, oito estão localizados no litoral, três na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e três no Vale do Paraíba. O modelo de concessão mantém a base tarifária atual e preserva os benefícios já existentes. Juntas, as travessias transportam cerca de 11 milhões de passageiros e 10 milhões de veículos por ano.